

## **A ADOÇÃO DO MÉTODO INVERSO NA COMPREENSÃO DA LINGUAGEM ESCRITA**

**MARTINS**, Maria Sílvia Cintra – UFSCAR

**GT:** Alfabetização, Leitura e Escrita /n.10

**Agência Financiadora:** Não contou com financiamento

### **INTRODUÇÃO**

O artigo que apresentamos é resultado de pesquisa de doutorado dedicada, prioritariamente, para a compreensão da aquisição da linguagem oral por parte de crianças pré-escolares. Uma vez que a redação final da tese veio a suscitar questões a respeito da apropriação da linguagem escrita, temos nos dedicado, desde então, à pesquisa em torno da apropriação da escrita em íntima relação com aspectos da língua oral, enfoque que leva em consideração, seja a oralidade, seja a escrita, enquanto linguagens, isto é, como instrumentos de interação entre seres humanos e de transmissão de informações. Georges Jean, em seu livro *“A escrita - memória dos homens”*, refere-se à escrita nos seguintes termos:

*“Existem, há dezenas de milhares de anos, inúmeros meios de transmitir mensagens através de desenhos, sinais, imagens. Entretanto, a escrita, propriamente dita, só começou a existir a partir do momento em que foi elaborado um conjunto organizado de signos ou símbolos, por meio dos quais seus usuários puderam materializar e fixar claramente tudo o que pensavam, sentiam ou sabiam expressar. Tal sistema não surge da noite para o dia. A história da escrita é longa, lenta e complexa. História que se confunde, se entrelaça, com a história do próprio homem, um romance apaixonante do qual nos faltam, ainda hoje, algumas páginas”* (JEAN, 2002, p. 12).

E completa:

*“Romance de enigmas, a história da escrita é a de uma metamorfose; nascida, há 6 mil anos, com o objetivo de contabilizar e de registrar a vida comercial de então, a escrita tornou-se uma maneira de pensar, de conceber, de criar, de ser. Ela será, daqui em diante, segundo a expressão de Roland Barthes, ‘a exigência de uma linguagem livremente produzida’”* (ibid., p.126).

A obra de Georges Jean insere-se num conjunto de estudos que têm em comum o crescente interesse com relação à linguagem escrita, dentro de uma tendência multidisciplinar que passou a atrair, entre outros, filósofos, psicólogos, lingüistas, antropólogos e sociólogos. Podemos citar os nomes de Marshall McLuhan e de Jacques

Derrida, como alguns dos precursores dessa tendência dos estudos voltados à escrita a partir da segunda metade do século XX. McLuhan, com suas fórmulas clássicas que nos disseram que “*o meio é a mensagem*” e definiram “*os meios de comunicação como extensões do homem*” (MCLUHAN, 1971), chamou a atenção de quem trabalhava, na época, na área das comunicações e da mídia em geral. Jacques Derrida (1976), por sua vez, ao se opor à tendência que até então prevalecia nos estudos lingüísticos e que privilegiava a linguagem oral e não a escrita como foco de pesquisa, acabou atraindo a atenção preferencial de estudiosos nas áreas das Literaturas e da Teoria Literária.

Paralelamente, a questão inerente à aquisição da linguagem escrita continuou, como sabemos, sendo alvo de interesse de inúmeras pesquisas na área dos estudos em Educação e, neste caso, temos, como principais desdobramentos, por um lado, a linha que remonta a Luria e à Escola de Vigotski; por outro, o enfoque derivado do construtivismo piagetiano e difundido por Emília Ferreiro em toda a América Latina.

É interessante observar, nesse sentido, que David Olson, pesquisador canadense também vinculado à Universidade de Toronto (assim como McLuhan) e de quem já temos dois livros publicados em nosso país (OLSON, 1997; OLSON&TORRANCE, 1997), apresenta uma história de vida e de pesquisa acadêmica voltada, em princípio, à investigação da psicologia e do universo cognitivo infantil e que se alinha, também, com essa tendência transdisciplinar, marcada por um cunho sociológico e antropológico, o qual serve, por sua vez, de pano de fundo para as reflexões na área da psicologia infantil. Com pesquisas centradas nas relações entre pensamento, linguagem e escrita, participa, por um lado, de programas voltados para o letramento e para o desenvolvimento social; por outro, de uma reflexão mais ampla que diz respeito ao papel da escrita nas sociedades humanas avançadas.

É certo que, tanto Piaget quanto Vigotski ou Luria, já apontavam, em sua época, para a existência dessa visada dupla que, por um lado, aponta para a filogênese, ou seja, para o desenvolvimento histórico da humanidade como um todo; por outro, para a ontogênese, ou seja, para o desenvolvimento do universo cognitivo infantil. Piaget (1959) chamou-nos a atenção para a semelhança nos percursos filogenético e ontogenético no que diz respeito à sua constatação da existência de diferentes estágios de desenvolvimento, percorridos tanto pela raça humana, como pela criança humana, individualmente. Vigotski

(1991) explorou, entre outros aspectos, a pré-história da linguagem escrita, em que o desenho e a pictografia conformam um estágio evolutivo primordial, tanto para a raça, quanto para o indivíduo, e Luria (1986, p.29) ajudou-nos a alertar, particularmente, para o fato de que “*a ontogênese nunca repete a filogênese*”, no sentido de que as fases que a humanidade atravessou mantêm íntima relação com o mundo do trabalho, enquanto que o desenvolvimento da psicologia infantil encontra-se na dependência da apropriação de modelos culturais adultos.

Referindo-se à meta da reflexão que desenvolve a respeito da linguagem escrita, David Olson pondera:

*“O ponto de vista que vou desenvolver (...) é que os sistemas de escrita proporcionam os conceitos e as categorias para pensar a estrutura da língua falada, e não o contrário. A consciência da estrutura lingüística é produto do sistema da escrita, e não uma pré-condição para seu desenvolvimento” (OLSON, 1997, p.84).*

Em outras palavras, estamos diante de uma postura epistemológica diferenciada, portadora de certos contrastes com relação à forma mais usual com que costumamos desenvolver nossa reflexão no que se refere à oralidade e à escrita:

1. por um lado, é atribuído um valor à escrita que faz com que ela transcenda a simples definição de representação da língua falada - ou seja, a escrita passa a ser vista como uma linguagem com certa autonomia, que não estaria apenas a serviço da língua falada;
2. por outro, aponta-se para a influência da linguagem escrita sobre a falada - e não aquela que costumamos explorar mais convencionalmente, a da influência da fala infantil sobre a forma com que a criança adquire a escrita.

Assim, vale notar:

1. além de serem enfocados do ponto de vista dos recursos mnemônicos, o que decorre da função que exercem na escrita propriamente dita, os sistemas de escrita são considerados do ponto de vista da leitura que proporcionam e da influência que exercem sobre a língua falada, uma vez que fornecem modelos para a linguagem e para o pensamento;

2. em sua argumentação, o autor chama a atenção para o fato de que os sistemas de escrita foram criados para comunicar informações, e não para representar a fala.

Esta postura epistemológica desenvolvida por Olson, e que comporta, como podemos ver, uma mudança de perspectiva no estudo das relações entre língua escrita e falada, poderá, entretanto, ser compreendida de forma mais abrangente, se a ela aplicarmos o “método inverso” defendido por Vigotski (VYGOTSKI, 1991, p.257-406), e é o que faremos no decorrer deste artigo. Com isso, poderemos entender melhor a necessidade metodológica de uma mudança de perspectiva e aprofundar nossa compreensão da dialética entre língua escrita e língua falada, com vista a vir a extrair dela todas as implicações no que tange a um trabalho pedagógico voltado para a apropriação da linguagem escrita.

#### **A ADOÇÃO DO “MÉTODO INVERSO”:**

Vigotski recorreu, em um de seus trabalhos, *“Psicologia da arte”*, ao método de abstração e ao “método inverso” com o objetivo de desvendar a essência da reação estética. Isso significa que, por um lado, o pesquisador russo fez uso do método de análise, de tal forma a detectar a *“unidade mais essencial da reação estética”* inerente às formas concretas das manifestações artísticas e às relações entre indivíduos e obras de arte concretas; por outro, serviu-se do “método inverso”, buscando analisar formas desenvolvidas de arte, na certeza de que essa investigação revelaria *“aspectos válidos também para formas menos desenvolvidas”* (apud DUARTE, 2003, p.39-83).

Segundo Duarte (2003, p.48), a utilização do “método inverso” por Vigotski implica a pressuposição de que existem formas superiores e inferiores de arte, pressuposição que pode não agradar aos ouvidos dos adeptos de certo relativismo pós-moderno que, entre outros aspectos, defendem *“um multiculturalismo relativista para o qual não existiriam saberes mais desenvolvidos que outros; existiriam apenas saberes diferentes”*. O autor esclarece que essa explicitação por parte de Vigotski da existência de formas superiores e inferiores de arte se coaduna com suas investigações acerca das relações entre os “conceitos cotidianos” e os “conceitos científicos” no desenvolvimento do pensamento infantil, e destaca:

*“(...) o psicólogo soviético mostra que os conceitos científicos, ao serem ensinados à criança por meio da educação escolar, superam por incorporação os conceitos cotidianos, ao mesmo tempo em que a aprendizagem daqueles ocorre sobre a base da formação destes” (DUARTE, 2003, p.48).*

Mas ressalva que a adoção dessa perspectiva fornecida pelo “método inverso”

*“(...) significa que a pesquisa deve partir da fase mais desenvolvida do objeto investigado para então analisar sua gênese e, depois da análise dessa gênese, retornar ao ponto de partida, isto é, à fase mais evoluída, agora compreendida de forma ainda mais concreta, iluminada pela análise histórica. Mas essa análise apoiada na dialética entre o lógico e o histórico só se realiza de forma verdadeiramente esclarecedora do objeto investigado se for apoiada numa perspectiva crítica, isto é, se for realizada a crítica daquilo que esteja sendo tomado como forma mais desenvolvida. Se não houver uma perspectiva crítica, a análise histórica torna-se apenas um recurso de legitimação da situação atual e não uma forma de compreender melhor as possibilidades de transformação dessa situação” (DUARTE, 2003, p.71).*

Se tentarmos aplicar essa perspectiva teórica para a investigação do que seja a linguagem escrita, com vistas à compreensão mais adequada dos processos de sua apropriação, talvez nos aproximemos do ideal de ensaiar compreender o modo como o aprendizado da escrita se relaciona com a linguagem, com a mente e com a cultura humana, ideal ao qual Olson se refere nos seguintes termos: *“Precisamos, sim, de uma teoria, ou de um conjunto de teorias sobre o modo como o aprendizado da escrita se relaciona com a linguagem, a mente e a cultura” (OLSON, 1997, p.30).*

## **O MÉTODO INVERSO E A DIALÉTICA ENTRE FALA E ESCRITA**

Antes de prosseguir, vamos destacar alguns pontos que foram mencionados a respeito da utilização do “método inverso” nas pesquisas científicas na área das ciências humanas:

1. parte-se das formas mais desenvolvidas em busca de compreender melhor as formas menos desenvolvidas, e não o contrário;
2. tendo-se partido da forma mais desenvolvida, empreende-se o percurso em direção à forma menos desenvolvida, com o objetivo de compreender a gênese da forma mais desenvolvida, retornando-se, depois, para esta forma mais desenvolvida;
3. é fundamental que se exerça a crítica da forma mais desenvolvida, para que este tipo de análise seja de fato produtivo, e não redunde, apenas, na legitimação, ou seja, na apologia ingênua da forma mais desenvolvida;

4. a dinâmica entre os conceitos científicos e os conceitos espontâneos, que serve como exemplo dessa dialética entre formas mais desenvolvidas e menos desenvolvidas, aponta para o fato de que as formas mais desenvolvidas superam, por incorporação, as formas menos desenvolvidas;
5. essa mesma dinâmica mostra que as formas mais desenvolvidas desenvolvem-se com base nas formas menos desenvolvidas.

Vale alertar, já em princípio, que toda essa reflexão só adquire coerência e aplicabilidade em nosso intuito de tecer uma reflexão a respeito da dialética entre língua escrita e língua falada, se aceitarmos, junto com Vigotski, que há, de fato, certas formas culturais que podemos considerar como mais desenvolvidas do que outras. Nesse contexto, cabe considerar a linguagem escrita como uma forma de linguagem mais desenvolvida que a linguagem falada, algo que só ficará mais plenamente evidente, quando passarmos a ponderar, mais adiante, a respeito da duplicidade presente na linguagem escrita, assim como dos processos cognitivos que a criança atravessa no decurso da ontogênese de sua psicologia e de sua linguagem.

Entretanto, só é possível iniciar esse tipo de reflexão, se abrimos mão de considerar a escrita, seja como transcrição da fala, seja como representação da língua falada, uma vez que, em ambos os casos, a escrita acaba se revelando apenas do ponto de vista de uma simbologia, de um grafismo a serviço da língua falada, não podendo, assim, ser enfocada, consistentemente, como uma forma de linguagem mais desenvolvida.

Houve, sem dúvida, progresso significativo no que tange à teorização em torno da escrita, quando se transitou da consideração da escrita como *transcrição* da fala para sua consideração como *representação* da fala. Isso porque, segundo o enfoque mais tradicional, não havia margem para a aceitação de grafismos que pudessem cumprir o papel desempenhado pela escrita fora de uma correspondência convencional estrita entre grafema e fonema. Se a escrita era considerada a transcrição da fala, tudo o que fugisse a nossa representação adulta, de preferência de caráter alfabético, deveria permanecer à margem da escrita. Já a teorização a respeito da escrita como representação da fala implica aprofundamento e ampliação com relação à teorização anterior, e é o que permite que

possamos chamar de “escrita” as diferentes tentativas infantis de dominar essa linguagem, ainda antes de atingir o estágio alfabético propriamente dito.

Porém, foi necessário um progresso ainda maior, rumo a uma teorização que viesse a focar, efetivamente, a escrita enquanto linguagem (Cf. OLSON, 1997, entre outros), para que qualquer ponderação a respeito de uma dialética entre língua escrita e falada ensaiasse transcender os limites estreitos da influência do modo de falar, ou das pronúncias, decorrentes de aspectos sociais ou regionais, sobre a representação gráfica em caracteres escritos; ou da influência inversa, da formalidade característica da escrita sobre a forma de falar e pronunciar palavras por parte do adulto escolarizado.

Um empreendimento audacioso passou a atrair a atenção de classicistas, historiadores, lingüistas, antropólogos e psicólogos, que se aliaram aos pedagogos para tentar compreender “*o que é exatamente a escrita, o que ela faz, o que as pessoas fazem com ela, e como, precisamente, essas funções se desenvolveram ao longo da história*” (OLSON, 1997, p. 11).

Olson contribuiu de forma interessante para essa reflexão, quando propôs que a chave, por assim dizer, para uma compreensão mais adequada da escrita está no reconhecimento do papel que cumpre com relação à leitura, invertendo, dessa forma, nossa maneira convencional de focar os fatos: a escrita não foi feita para representar a fala, mas para transmitir determinadas informações que, para que sejam assimiladas, precisam ser lidas. Sua proximidade com relação à língua falada – e que pode nos iludir quanto ao papel que desempenha – provém da necessidade de uma simbologia tal, que se apresente de forma adequada para a leitura e, com isso, para a apropriação das informações que ela comporta.

Olson defende sua posição nos seguintes termos:

*“A magia da escrita decorre não tanto do fato de que ela serve como um novo instrumento mnemônico, um auxílio da memória, como do fato de que pode desempenhar uma função epistemológica importante. A escrita não só nos ajuda a lembrar o que foi pensado e dito como nos convida a considerar um e outro de modo diferente”* (OLSON, 1997, p.12).

E mais adiante:

*“...darei que o fracasso das teorias anteriores sobre as implicações da escrita provém do pressuposto a elas subjacente de que a alfabetização produz efeitos*

*mediante os progressos na maneira como se escreve, isto é, na forma da escrita, argumentarei que há implicações conceituais que decorrem das formas de leitura, pois é a arte da leitura que permite que um texto seja adotado como modelo para a forma verbal, ou seja, para 'o que é dito'" (ibid., p.35, grifos do autor).*

Ainda:

*"...os sistemas de escrita foram criados não para representar a fala, mas para comunicar informações. Sua relação com a fala é, na melhor das hipóteses, indireta" (ibid., p.83).*

A partir dessas três referências, podemos concluir que:

1. ao lado da função mnemônica, a escrita cumpre importante função epistemológica;
2. a leitura fornece um modelo que exerce influência sobre a nossa consciência a respeito da língua falada;
3. a escrita é considerada como uma linguagem em vista de sua função primordialmente comunicativa.

Sem essa breve digressão, sequer poderíamos começar a cogitar a respeito da dialética entre formas mais ou menos desenvolvidas. Nesse sentido, compreender que a escrita é uma linguagem diferenciada, tanto do ponto de vista filogenético, como do ontogenético, faz parte daquele pré-requisito destacado por Duarte e que mencionamos acima, de que sem uma visão crítica da forma que pretendemos analisar nossa reflexão será inútil. Uma visão crítica leva-nos a duvidar de nossas crenças anteriores, em busca de uma configuração mais precisa de nosso objeto de estudo, para que, então, possamos regredir em direção à forma menos desenvolvida (que, no caso que consideramos, será a língua falada) e, em seguida, voltar, novamente, à mais desenvolvida (que, agora, será a escrita).

Um segundo aspecto que faz parte necessária de uma análise crítica diz respeito à reflexão sobre o papel que a linguagem escrita desempenha em nossa sociedade. Só é possível, de fato, tecer esse tipo de crítica se partirmos do estágio avançado em que se encontra a escrita, para depois retrocedermos com vistas à compreensão de sua gênese, e não pelo caminho inverso. É quando partimos das sociedades iletradas para o domínio da escrita, que tendemos a adotar duas posições díspares - em certo sentido, apaixonadas e, por isso mesmo, carentes de crítica. Seja o caso daqueles que vêem na escrita uma adulteração ou limitação da fala; seja o caso dos que fazem, simplesmente, a apologia da

escrita, renegando a oralidade característica do mundo iletrado. São duas posições antagônicas que não vamos detalhar aqui e que se mostram, em função de seu enfoque inadequado, incapazes de dar conta de todo o potencial da escrita e de fazer sua crítica genuína. Diremos, apenas, que, no primeiro caso, prevalece uma visão romântica e idealizada, que se aferra a formas menos evoluídas; no segundo caso, a apologia da forma mais evoluída apresenta-se como obstáculo para que se possa explorar a fertilidade da forma menos evoluída, sobre a qual, como veremos, deve se desenvolver a forma mais evoluída.

A título de exemplo a respeito do que dizem e pensam aqueles que vêm na escrita uma limitação ou aprisionamento para a fala, fazemos menção aos seguintes pontos destacados por Pascal Quignard (apud JEAN, 2002, p.208-209), e considerados como aspectos negativos da escrita:

- escrever como ato de isolamento;
- espécie de fissura no mundo oral;
- distanciamento arrogante e afetado;
- desinteresse, desaprovação, desprezo por parte de quem se dedica ao ato de escrever;
- a escrita desvia e transforma a palavra;
- modifica os modos de aprendizagem e de memorização, outrora associados à voz;
- abstração, isolamento das palavras;
- possibilidade de tornar visível o que era apenas audível, rítmico, contínuo, impalpável, próprio da “mágica” da língua oral;
- a escrita impõe um brutal silêncio da língua;
- *“a escrita consiste em uma fragmentação, uma ruína irreversível e uma verdadeira triagem da palavra”* (QUIGNARD, apud JEAN, 2002, p.209).

Conforme sabemos, Platão viu a escrita com desconfiança; Rousseau, por sua vez, opôs-se ao excesso de atenção que lhe era dedicado; Saussure atacou a tirania da escrita e defendeu que a língua falada é que deveria ser objeto de estudo da Lingüística e não a escrita, considerada simbolismo de segundo grau e vista como obstáculo para o acesso à

essência da linguagem humana. De sua parte, o antropólogo Lévi-Strauss contribuiu, em seus *“Tristes Trópicos”*, para essa visão negativa da escrita:

*“Se minha hipótese está correta, a função primária da escrita, como meio de comunicação, é facilitar a escravização de outros seres humanos. O emprego da escrita com fins desinteressados, buscando satisfazer a mente nos campos da ciência ou das artes, é um resultado secundário da sua invenção – e pode muito bem não ser mais do que um meio de reforçar, justificar e dissimular sua função primordial”* (LÉVI-STRAUSS, apud OLSON, 1997, p.26).

Diante de toda essa condenação, como seria possível falar da escrita como de uma forma mais desenvolvida de linguagem? Ou mesmo, por que haveríamos, nós educadores, de nos empenhar para descobrir caminhos que propiciem sua apropriação: queremos, afinal, a humanização ou a escravização dos educandos?

### **A DUPLICIDADE DA LINGUAGEM ESCRITA**

Roland Barthes pondera, chamando-nos para as virtudes de Eros, e sugerindo que nem tudo é escravidão: *“...escrever não é somente uma atividade técnica, mas é também uma prática corporal de prazer”* (BARTHES, apud JEAN, p.206).

Com estas palavras sugestivas, Barthes nos aponta para a duplicidade presente na linguagem escrita, de tal forma que uma análise crítica a seu respeito terá que levar em consideração esses dois componentes que ela comporta e que podem favorecer, tanto a humanização e o prazer, quanto a desumanização, a escravidão, a opressão.

Olson, por sua vez, levanta a questão: *“Portanto, a escrita é um instrumento de domínio ou de libertação?”* (OLSON, 1997, p.27) e faz referência a pesquisadores que, face à dificuldade em responder essa questão, optaram por distinguir diferentes possibilidades de uso da escrita, as quais se relacionam com contextos sociais diferenciados.

Por certo, este não é o espaço de levar a discussão que levantamos até suas últimas conseqüências. Bastando-nos, por ora, a constatação da duplicidade inerente à linguagem escrita – a qual pode ser enfocada ora como instrumento para a opressão, ora para a libertação – com o intuito de apontar para a crítica necessária dessa forma de linguagem, partiremos para as considerações das implicações do reconhecimento da escrita como uma linguagem diferenciada e como forma mais evoluída de linguagem.

## **O PONTO DE VISTA ONTOGENÉTICO**

Vamos percebendo que o percurso que leva à reflexão sobre a escrita assemelha-se a um caminho cheio de desvios, de bifurcações, de paradoxos, senão também de miragens e de falsas aparências. Se um dos paradoxos reside nessa duplicidade inerente à linguagem escrita (e diremos: a toda a linguagem), de tal forma a conquistar adeptos apaixonados por uma ou por outra posição, outra dificuldade se apresenta com relação à afirmação da escrita como forma lingüística mais avançada ou mais desenvolvida. Novamente, será possível arrolar uma série de argumentos e provas, resultados de pesquisas efetivas de campo, no sentido de duvidar desse estatuto mais desenvolvido da escrita. Apenas a título de exemplo, podemos citar o livro polêmico de Scribner e Cole (1981), resultado de pesquisa na Libéria, que levou os autores a concluírem que a escrita não exerce o papel que se previa na produção de efeitos cognitivos gerais, como a capacidade de memorizar ou de derivar inferências lógicas. Assim, se Vigotski e Luria (VIGOTSKII, LURIA, LEONTIEV, 2001), apontavam para a influência do emprego da escrita, assim como dos signos socialmente produzidos de um modo geral, sobre os “processos mentais superiores”, a pesquisa de Scribner e Cole veio a lançar sérias dúvidas com relação a essa hipótese.

Como é possível que ponderações desse tipo tenham sido resultado de condições específicas de pesquisa, e como não haveria espaço, aqui, para discutir todas as suas possíveis implicações, vamos optar pela menção às fases de desenvolvimento da linguagem infantil do ponto de vista da Escola de Vigotski, de forma a poder ponderar em que sentido podemos considerar a escrita como uma forma mais elaborada ou mais desenvolvida de linguagem. Dessa maneira, queremos, também, evitar as conotações valorativas que possam girar em torno da constatação a respeito de formas mais ou menos avançadas, fazendo, apenas, referência à forma com que as fases se sucedem, de tal maneira que cada uma se apresenta como mais desenvolvida em relação à anterior, mesmo em função da incorporação que comporta de elementos presentes na forma precedente.

Por uma questão de coerência metodológica, gostaríamos de alertar para o fato de que, assim procedendo, quando recorreremos à ontogênese da linguagem e do pensamento infantil de um ponto de vista evolutivo, estamos, momentaneamente, empreendendo aquele percurso rumo à forma menos desenvolvida, para podermos trazer novas luzes a respeito da

forma mais desenvolvida. Assim, retomando os passos que efetuamos até aqui antes de prosseguirmos em nossa exposição, estamos em meio ao seguinte percurso em nossa reflexão teórica: partimos da proposta da adoção do “método inverso” para a compreensão mais adequada do que seja a linguagem escrita; efetuamos, primeiro, a título de esboço provisório que poderá merecer aprofundamento em estudos posteriores, a crítica do que consideramos ser a forma superior – mesmo como pré-requisito para poder, de fato, entendê-la como forma lingüística mais evoluída; defendemos a necessidade de ver a escrita como uma linguagem diferenciada e apontamos para a duplicidade nela presente. No momento, vamos iniciar o percurso em direção à forma menos desenvolvida, com a intenção de compreender a gênese da forma mais desenvolvida, para poder, depois, voltar novamente a pensar sobre ela. Simultaneamente, estamos tratando de trazer evidências para a proposta de enfoque da linguagem escrita como forma lingüística mais desenvolvida.

Um ponto importante para o início de nossa reflexão a respeito da ontogênese da linguagem infantil reside na divergência entre Piaget e Vigotski no que diz respeito ao papel da fala egocêntrica infantil. Enquanto Piaget (1959) fala da superação do egocentrismo à medida que a criança se socializa, Vigotski (2001) contrapõe-se, dizendo que o percurso é contrário, do social para o individual, o que tem a ver com um dos princípios básicos de sua Escola: a postulação de que tudo o que somos individualmente vivemos antes no âmbito social, ou seja, os processos intra-psicológicos têm fundamento inter-psicológico. Dessa maneira, Vigotski aponta, não para a substituição da linguagem egocêntrica pela linguagem de caráter social, mas para um desenvolvimento complexo, que envolve elementos complementares e antagonicos, assim como incorporações.

Com isso, a fala egocêntrica passa a ser vista como a mediação necessária entre a fala social e o pensamento verbalizado individual. Estamos diante de processos cognitivos significativos, que vale a pena conhecer melhor, para saber lidar com eles com mais eficácia. Um primeiro aspecto que se destaca, quando vemos a fala egocêntrica como algo que vai, progressivamente, sendo internalizado, é o fato de que ela precisa existir, precisa se diferenciar, para poder, gradativamente, silenciar-se. Outro aspecto para o qual Vigotski nos alerta, com base em suas pesquisas com crianças em idade pré-escolar, é o fato de que a fala egocêntrica também evolui, apresentando-se, primeiro, de forma muito semelhante a sua manifestação oral de caráter social, para, paulatinamente, ir adquirindo caráter sintético

e predicativo, o que aponta para a construção simultânea e também paulatina do seu contraponto cerebral: ou seja, algo vai se desenvolvendo internamente, de tal forma que, externamente, a linguagem oral já pode carecer de certos elementos anteriormente verbalizados.

De forma inédita, Vigotski (2001) estabelece comparações entre a linguagem exterior socializada, a linguagem egocêntrica, a linguagem interior e a escrita, obtendo esclarecimentos num jogo de espelhos dialético em que cada forma de linguagem se faz melhor compreender através do paralelo estabelecido com a outra forma, que, em princípio, pareceria absolutamente díspar, carecendo de qualquer possibilidade de comparação. Além disso, mostra as influências recíprocas entre essas diversas linguagens. É assim que, por exemplo, pondera:

*“O importante é que, em certas circunstâncias, todas essas peculiaridades podem surgir na linguagem exterior; é importante que isso seja geralmente possível, que as tendências para a predicatividade, para a redução do aspecto físico da linguagem, para a prevalência do sentido sobre o significado da palavra, para a aglutinação das unidades semânticas, para a influência dos sentidos, para o idiomatismo do discurso possam ser observadas também na linguagem exterior, o que, conseqüentemente, a natureza e as leis da palavra admitem e tornam possível. E isto, reiteremos, é para nós a melhor confirmação da nossa hipótese de que a linguagem interior surgiu por intermédio da diferenciação das linguagens egocêntrica e social da criança” (VIGOTSKI, 2001, p.473).*

Através dessas comparações entre as diferentes formas ou funções da linguagem e da demonstração de sua influência recíproca, Vigotski combate a teorização tradicional que vê na linguagem exterior uma simples *“expressão do pensamento”*, uma vez que são, na verdade, funções absolutamente específicas e díspares, fato que não invalida, nem compromete a relação dialética que entre elas se estabelece, mas, ao contrário, é condição fundamental para que se dê essa relação processual. É assim que passa a ser vislumbrado um processo complexo de transformação da linguagem interior em linguagem exterior, que implica

*“(...) a reestruturação da linguagem, a transformação de uma sintaxe absolutamente original, da estrutura semântica e sonora da linguagem interior em outras formas estruturais inerentes à linguagem exterior. Como a linguagem interior não é uma fala menos som, a linguagem exterior não é linguagem interior mais som. A passagem da linguagem interior para a exterior é uma complexa transformação dinâmica – uma transformação da linguagem*

*predicativa e idiomática em uma linguagem sintaticamente decomposta e compreensível para todos” (VIGOTSKI, 2001, p.474).*

O autor chama a atenção para o fato de que, aos três anos de idade, há ainda um certo equilíbrio entre a linguagem egocêntrica e a linguagem socializada, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto qualitativo. Aos poucos, e até atingir os sete anos de idade, vão se modificando as características próprias da linguagem egocêntrica, que vai se tornando, progressivamente, concisa, predicativa e pouco inteligível para os demais. De fato, o que se vislumbra, nesse caso, já são os sinais de germinação de uma nova forma de linguagem, uma vez que essas mesmas características – a tendência à concisão, à predicatividade – são aspectos próprios da linguagem interior. Dessa forma, Vigotski propõe que se veja a linguagem egocêntrica como resultado do isolamento insuficiente da linguagem para si em relação à linguagem para os outros, e pondera a respeito da maneira como as diferentes formas de linguagem se relacionam:

*“(...) a linguagem interior não deve ser vista como fala menos som, mas como uma função discursiva absolutamente específica e original por sua estrutura e seu funcionamento, que, em razão de ser organizada em um plano inteiramente diverso do plano da linguagem exterior, mantém com esta uma indissolúvel unidade dinâmica de transições de um plano a outro” (VIGOTSKI, 2001, p.445).*

A ontogênese da linguagem e do pensamento infantil tem sido alvo de inúmeras pesquisas e é um assunto que nos remete a vasta publicação. Empreendemos, aqui, apenas um recorte dentro do que pode nos interessar momentaneamente, no intuito de compreender a gênese da linguagem escrita. Uma vez que pesquisas recentes chamam a atenção para a escrita como linguagem diferenciada, e não apenas do ponto de vista da representação da língua falada, a reflexão vigotskiana sobre a inter-relação entre as diversas linguagens infantis adquire relevância, na medida em que nos mostra uma evolução que não passa pelo mero abandono de uma fase em favor de outra, mas, em vez disso, aponta para o fato de que cada nova fase se desenvolve através da incorporação da fase anterior. Além disso, só quando a escrita passa a ser vista também como uma linguagem, e não apenas como representação da língua falada, é que podemos inseri-la nessa reflexão mais ampla que diz respeito à inter-relação entre as diferentes linguagens e à maneira com que a evolução de cada linguagem passa pela incorporação das formas que a precedem, o que retira a escrita, tanto de seu isolamento anterior, quanto de seu caráter de subordinação.

Assim, retomando e resumindo as idéias presentes neste item, concluímos que, no processo de apropriação da linguagem:

1. a criança desenvolve duas formas lingüísticas em princípio paralelas e simultâneas, a socializada e a egocêntrica, ambas pertencentes ao domínio da língua falada;
2. enquanto a fala socializada vai adquirindo novos contornos, seja pelos acréscimos vocabulares, seja por novas organizações frasais (assunto presente, entre outros em BROWN, 1973), em princípio podemos ter a impressão de que a fala egocêntrica simplesmente desaparece, ou seja, é superada à medida que a criança progride em sua socialização. Porém, de fato, trata-se de mais uma daquelas ilusões ou daqueles paradoxos que a linguagem nos oferece: na verdade, um processo paralelo e silencioso está em andamento, aquele que diz respeito ao desenvolvimento do pensamento verbal.

Sem dúvida, este é um campo que deveria merecer mais pesquisa e atenção de nossa parte, uma vez que exatamente nessa transição do verbal para o cerebral possivelmente está a chave para a compreensão de uma transição posterior: aquela que possibilita a passagem da fala interna (ou pensamento verbal, ou pensamento discursivo) para a escrita.

### **CONCLUSÃO:**

Desenvolvemos, no decorrer deste artigo, uma reflexão a respeito da importância da adoção do “método inverso” (VYGOTSKI, 1991, p 257-406) para a compreensão mais adequada do processo de apropriação da linguagem escrita. Tendo partido do pressuposto de que a escrita apresenta-se como forma lingüística mais evoluída, ponderamos, primeiro, a respeito de seu estatuto enquanto linguagem, na medida em que cumpre, primordialmente, a função de comunicar informações e sua relação com a língua falada é de caráter secundário, e não primário ou representativo, como pode parecer à primeira vista. Em seguida, ponderamos a respeito da duplicidade presente no papel que representa nas sociedades humanas, uma vez que tem estado, ora a serviço da escravização, ora da libertação.

Seu caráter de forma lingüística mais evoluída revela-se, com mais clareza, quando enfocamos a forma de sua emergência no decurso do desenvolvimento da linguagem infantil. Quanto a este aspecto, gostaríamos de tecer algumas reflexões finais.

É exatamente em função do duplo caráter que a escrita comporta, que ela se oferece para nós de forma camaleônica, travestindo-se de aparências de tal modo diferentes, que, às vezes, pode parecer mesmo estranho querer conferir-lhe o estatuto de linguagem diferenciada, quando tudo o que ela parece poder cumprir resume-se à transcrição das palavras alheias, palavras que já foram ditas ou que nos são apenas ditadas, de modo que só nos resta reproduzi-las. Este é o lado que nos faz ver na escrita apenas a reprodução ou a representação da fala.

Acontece que, na verdade, toda linguagem é capaz desse artifício, de ser pronunciada, sem ser propriamente proferida; de ser utilizada, sem ser propriamente possuída.

O método inverso permite-nos perceber a riqueza latente, a potência presente na linguagem escrita. Por outro lado, uma vez que nos leva à constatação da relação entre formas mais e menos evoluídas, leva-nos, também, a suspeitar de que, se é fato que a forma mais evoluída (a escrita, neste caso) exerce influência sobre a menos evoluída (a fala), fornecendo-nos consciência a seu respeito (conforme vimos que Olson defende), também deve ser verdadeiro que a apropriação genuína da escrita – no sentido que nos leve à libertação e ao prazer, e não à submissão – passa pela incorporação das formas que, à sua maneira, lhe dão sustentação.

Eis um aspecto que valerá a pena explorar com mais cuidado, este da inter-relação entre as diferentes linguagens, sempre que pretendermos, de fato, contribuir para a apropriação da linguagem escrita em toda a sua potência.

Vale lembrar, por fim, que o uso contemporâneo que se faz da escrita nas comunicações on-line leva-nos a alertar para a necessidade de explorarmos cada fase da linguagem humana em toda a sua potencialidade (e isso tem a ver com uma pedagogia interessada na apropriação genuína da linguagem escrita), de tal forma a que seja, mesmo, possível que cada nova fase incorpore aquilo que já estava presente na fase anterior. Sem dúvida, este fato chama-nos para a afirmação óbvia de que, no âmbito da cultura humana, nenhuma linguagem se dá independentemente das pessoas que a pronunciam e estas estão,

constantemente, em contato com outras pessoas e com as condições de vida concretas presentes em seu tempo.

É dentro dessa complexidade de relações, que envolvem palavras, pessoas, mecanismos, tecnologias diversas, situações concretas de vida, que nos alimentamos de motivos diversos e alimentamos nossa linguagem, de tal forma que cada nova palavra que pronunciemos ou que escrevamos possa trazer essa marca de nossas vivências anteriores, quer como sintoma dos elos que nos escravizam, quer como sinal de nossa crescente humanização.

Nesse sentido, a incapacidade que muitos revelam, hoje, para escrever suas próprias mensagens eletrônicas com fluência e autonomia, deixando que encaminhamentos de mensagens alheias, das inúmeras mensagens anônimas que circulam, no momento, pela internet, preencham sua necessidade de comunicação virtual – essa ausência de palavras mais genuínas denuncia que a apropriação prévia da escrita, em seu patamar anterior, ainda não havia sido plenamente realizada.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- BROWN, Roger. *A first language: the early stages*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1973.
- DERRIDA, J. *Of Grammatology*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1976.
- DUARTE, Newton. *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- JEAN, Georges. *A escrita – memória dos homens*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- LURIA, Alexandr Romanovich. *Pensamento e linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- OLSON, David Richard. *O mundo no papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo: Ática, 1997.
- OLSON, D.R.&TORRANCE, N. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1997.
- PIAGET, Jean. *A linguagem e o pensamento da criança*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

SCRIBNER, Sylvia; COLE, Michael. *The psychology of literacy*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

\_\_\_\_\_. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIGOTSKII, L.S. LURIA, A. R. LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 2001.

VYGOTSKI, Lev Semenovich. *Obras escogidas*, t.I. Madri: Visor e MEC, 1991.